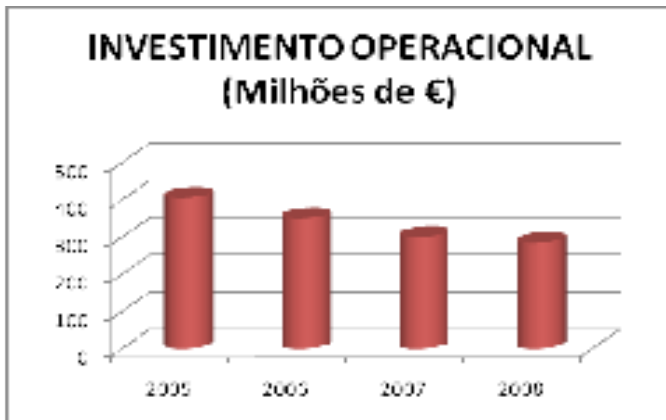


MUDAR DE RUMO

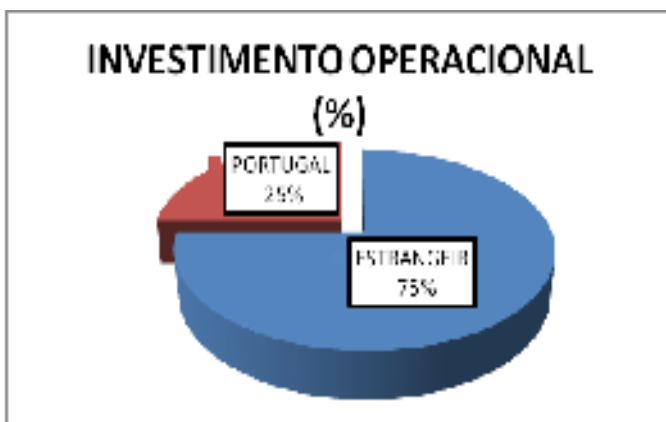
SINÓNIMOS de Privatização

Trabalho precário / Mau ambiente de Trabalho / Crise / Trabalho suplementar não pago / Desinvestimento na rede / Agravamento tarifário / Desresponsabilização / Batota / ...

O investimento operacional na rede de distribuição de energia eléctrica no nosso país, tem vindo a ser sucessivamente reduzido (405 milhões de euros em 2005 contra 284 milhões de euros em 2008), com reflexos na qualidade do Serviço Público prestado.



Para além da redução do investimento da rede, do investimento operacional total da EDP em 2008 (3,6 mil milhões de euros), **apenas menos de 25% foi efectuado em Portugal**, o que evidencia a subalternização das necessidades do nosso país, face ao investimento realizado no estrangeiro.



Claro que quando o peso do capital transnacional na estrutura accionista da EDP atingiu as proporções que hoje tem (48%), a situação torna-se ainda mais grave – **o capital transnacional, pretende apenas a**

maximização dos seus lucros e a colocação da EDP ao serviço dos seus interesses.

O desinvestimento atrás referido, é inversamente proporcional aos lucros alcançados por esta empresa. Cinco mil milhões de euros de lucros, foi quanto a EDP acumulou nos últimos cinco anos. Desse, quase dois mil milhões foram distribuídos, sob a forma de dividendos aos accionistas, sendo que, que quase metade desse valor (49%) saiu do país directamente para os bolsos do capital estrangeiro. Num quadro destes, ainda pretendem quase congelar os salários dos trabalhadores???

A procura desenfreada do lucro, e a prioridade às actividades financeiras, levou a que a EDP se transformasse numa **empresa virada para a especulação bolsista**, maximizando os lucros em prejuízo do serviço às populações, indústria e agricultura, e das condições de trabalho dos seus trabalhadores.

A finalidade da empresa, que quando foi criada em 1976 na sequência da nacionalização das empresas do Sector Eléctrico Nacional, era a **prestação do Serviço Público**, mais tarde, na década de 90, após a sua transformação em Sociedade Anónima (SA), passou a ser a **satisfação do cliente** (freguês), para após a privatização passar a ser a **satisfação do accionista**.



Em 1976, a EDP tinha cerca de 24000 trabalhadores, para em 2009 ter cerca de 12000 trabalhadores.

A procura desenfreada do lucro, não só levou à **destruição do corpo técnico da EDP**, como também obrigou as empresas suas prestadoras de serviços, com alguma qualidade, a terem de reduzir drasticamente os seus melhores profissionais, entregando trabalhos a subempreiteiros de qualidade duvidosa.

A tempestade que se abateu sobre o país em Dezembro de 2009, que teve graves repercussões na Zona Oeste do Distrito de Lisboa, mostra bem a que ponto chegaram as consequências do desinvestimento, da redução de trabalhadores, e das medidas tomadas para maximizar os lucros. Foram, atempadamente, emitidos avisos da Protecção Civil, sobre a gravidade previsível dos acontecimentos mas, ao que vimos, a EDP como empresa de Serviço Público, não estava, nem está preparada para acudir a uma situação destas, e não tem qualquer Plano de Contingência.

No quadro de uma crise económica em aprofundamento galopante, com consequências negativas no emprego, nos salários, crise esta que, ao invés de ser atacada, tem vindo a ser agravada pelas políticas neoliberais dos sucessivos governos.



A crescente precarização dos vínculos laborais, com a admissão de novos trabalhadores através de mecanismos que os impedem de ser abrangidos pelo Acordo Colectivo de Trabalho, de ter acesso aos cuidados médicos da empresa (sâvida), bem como a outros benefícios sociais, cria assimetrias internas que, numa óptica de seriedade, são inaceitáveis. Os novos trabalhadores vêm-se pois na situação de,

para os deveres serem considerados da EDP, e para os direitos serem vistos como “outra coisa”.



A redução drástica de trabalhadores nos Piquetes, nas Equipas de Manutenção, e no Despacho da Distribuição, conduziu a uma enorme redução da capacidade de intervenção para suprir avarias e realizar manobras na rede.

No caso da condução / despachos, a situação chegou ao extremo de terem de ser os trabalhadores a confrontar a empresa com um pré-aviso de greve às horas extraordinárias, exigindo a criação de mais postos de trabalho na condução da rede, tal é o volume de trabalho, e respectiva sobrecarga sobre aqueles trabalhadores.

Pelo seu carácter estratégico, a produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade, assumem claramente funções de interesse público, não sendo pois compatíveis com a especulação bolsista e os interesses privados.

Para o PCP a gestão e controlo privado do grupo EDP não serve os interesses nacionais. O PCP defende uma ruptura com a política de direita que passa pelo controlo público dos sectores estratégicos da nossa economia, designadamente na energia, nos transportes, nas telecomunicações, e na banca.

O país, os trabalhadores e as populações já perderam muito com a privatização da empresa. É urgente pôr cobro ao controlo e gestão privada da EDP, retomando o Estado o controlo público e democrático deste sector estratégico para o país.

Os Trabalhadores da EDP podem contar com o PCP